



Resenha

CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Alexandre Pierini¹

RESUMO:

A obra de Manuel Castells surgiu num momento importante para o sistema democrático devido ao instante conturbado porque passa e também pelo processo de erosão que seu conceito mais tradicional vem sofrendo. Embora a obra pareça uma crítica contumaz à democracia liberal, ela significa muito mais que isso, na medida em que aponta para um determinado horizonte político. O terrorismo, o medo e a incapacidade da política de dar respostas positivas ao cidadão comum contribuíram para o solapamento da democracia contemporânea e também foram os responsáveis pelas eleições de Trump, Macron e muitos outros líderes políticos de vocação pouco democrática que ascenderam ao poder.

PALAVRAS-CHAVE:

Democracia;
Terrorismo; Medo;
Poder;
Crise do sistema democrático;
Democracia liberal.

O autor:

¹ Doutor em Desenvolvimento territorial e Meio ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA). E-mail: apierini@uniara.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4333-5420>

A obra *Ruptura: a crise da democracia liberal*, escrita pelo renomado espanhol Manóel Castells, surgiu em uma hora decisiva da política mundial, não só porque o sistema democrático passa por uma crise sem precedentes na história, mas porque também novas lideranças políticas com viés autoritárias vêm aparecendo no cenário político de forma mais ostensiva e sistemática, gerando discussões políticas mais acaloradas.

Nesse contexto, muitas obras políticas surgiram no mercado editorial nacional e internacional na tentativa de explicar o frenesi causado pelo avanço da direita no cenário político mundial, suscitando a morte dos sistemas democráticos e ao mesmo tempo resgatando o fenômeno das ideologias, que pareciam estar em dormência desde a década de 90, quando a social democracia, através do voto, chegou ao poder e se disseminou mundo afora. Digo em dormência porque durante os últimos vinte anos o mundo parecia fadado ao marasmo político e assentado sobre o discurso de Francis Fukuyama de “fim da história”, mas a história mais uma vez mostra que nada na política é em definitivo, e não existe dono da verdade. Desse modo, a democracia não poderia ser considerada um fim em si mesma era necessário ter-se reinventado, ter-se criado novas alternativas para as crises enfrentadas. Processos de criação e novas formas de desenvolvimento são salutares e necessários até para poder continuar existindo e dar as cartas do jogo.

Nesse sentido, a obra de Castells cumpriu seu papel de forma significativa e não pode ser visto apenas como uma crítica ao sistema democrático, que serve para justificar o crescimento da direita no cenário político contemporâneo, mas porque suas críticas não são direcionadas à democracia em si, mas à democracia liberal – por democracia liberal, entendem-se eleições regulares, representação política e funcionamento adequado das instituições políticas.

Se a questão central da crise da democracia é o fenômeno da representação política e sua relação com as instituições políticas, as críticas já vêm sendo construídas há bastante tempo e não podem ser consideradas algo novo, assim como as consequências que levaram ao crescimento da direita na política, como muitos adeptos da esquerda estão querendo acreditar. O desgaste do sistema democrático liberal já sofreu críticas contumazes há bastante tempo e vem se desgastando no cenário mundial de forma vertiginosa. Na obra *As consequências da modernidade* escrita no começo dos anos 90, o sociólogo inglês Anthony Giddens já apontava para esse cenário de desgaste da democracia liberal, quando estabelecia a diferença entre o tempo da política e o tempo da economia. Para Giddens, o tempo da economia é curto, o tempo da política é longo. Como o tempo, na sociedade contemporânea, é considerado “dinheiro”, a democracia liberal empurrou para “debaixo do tapete” as atribuições da representação política, na medida em que

não havia tempo para negociações e discussões de projetos e, dessa forma, turbinou as ações do Poder Executivo, simplificando as ações e direcionando responsabilidades, deixando a política mais longe do cidadão comum e dificultando a visão dos olhos do senso comum a capacidade da política de interferir de forma positiva na vida do cidadão. Em suma, se todos os problemas são econômicos e podem ser resolvidos em curto espaço de tempo, porque é necessário debater com mais de quinhentos deputados uma determinada proposição política? É preciso considerar que fazer política é dialogar, debater, se posicionar e apresentar argumentos e como fazer isso sem a questão do tempo? Envolver muitas pessoas numa discussão de um projeto pode atingir os interesses econômicos mais urgentes. É nesse contexto que se desenvolve a hegemonia do Poder Executivo, uma vez que é mais fácil personalizar do que organizar um debate para que uma decisão seja tomada. Desse modo, a política não seria necessária, e, não sendo necessária, transformou-se um grande risco para o sistema democrático como um todo, na medida em que os governos autoritários se sustentam na ausência das bases da democracia, que é a junção entre participação popular e interferência nas questões do Estado.

Na visão de Castells, existe uma democracia real, que é a democracia liberal, mas ela ultrapassa os limites institucionais estabelecidos, abrindo caminho para novos líderes políticos, como Trump, Brexit, Le Pen e Macron. Os limites institucionais foram quebrados quando o Poder Executivo passou a assumir o protagonismo da política, jogando para segundo plano o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Atualmente, o Poder Executivo também propõe leis e as executam em nome da tal “governabilidade”, dificultando os passos da oposição e desenvolvendo a sensação de hegemonia política. Esse tema já foi amplamente discutido na obra de Clemerson Merlim Cleve a “A atividade legislativa do Poder Executivo” escrita no começo dos anos 2000.

Castells não se furta em apontar o caminho futuro da democracia mundial. Para ele, surgirá num horizonte próximo uma nova ordem pós-liberal que tem como pano de fundo as políticas organizadas pela China e pela Rússia e que apresentam regras políticas mais autoritárias, mas, de qualquer forma, elas se apresentam como uma alternativa real à democracia liberal.

Nesse sentido, Castells aponta que existe uma ruptura entre cidadãos e governos, para quem os políticos se ocupam dos problemas do mundo, não das pessoas – para ilustrar a sua opinião, o autor traz dados interessantes sobre os países europeus que dão conta da insatisfação extensiva da população com a democracia liberal, mas que essa insatisfação não está relacionada com nenhum tipo de ideologia política, seja de direita ou de esquerda. A ruptura entre cidadãos e

governos se estabelece, pois, vias de participação política da população precisam ser repensadas, canais precisam ser abertos para que as decisões do Estado sejam compartilhadas e o cidadão passe a se sentir mais incluído em seu ambiente político. Não basta apenas o sujeito ser chamado a cada quatro anos para depositar seu voto na urna, é preciso intensificar o uso de Conselhos Municipais, ampliando as suas prerrogativas, criar meios de fiscalização de orçamento e assim por diante. Desse modo, tanto a direita quanto a esquerda por mais tempo que tenham ficado no poder foram incapazes de dar ao sistema democrático o oxigênio que precisava para se recompor, por isso o desencantamento com as ideologias políticas.

Castells tece uma crítica contumaz à democracia liberal, na medida em que o autor coloca, no epicentro das discussões, a ideologia do consumo como valor e do dinheiro como medida do sucesso. Para Castells, o modelo neoliberal centra no indivíduo a sua linha de pensamento mais intensa e na sua satisfação imediata monetizada, dificultando a relação com as questões coletivas.

De forma singular, Castells trabalha no sentido de organizar os pensamentos sobre a influência da mídia e a sua interferência no universo político. Nesse sentido, Castells aponta que a política, na mídia em geral, é feita através de imagens e se caracteriza como basicamente emocional. Para o autor, a forma de luta política mais eficiente é a destruição moral da imagem de quem se postula como líder, gerando um sentimento de desconfiança e reprovação sobre a classe política em geral.

Terrorismo, medo e política andam juntos, formando o que Castells denomina de “ménage à trois” sinistro. O terrorismo indiscriminado que atua na sociedade contemporânea por aqueles que se sentem discriminados pela democracia liberal, leva ao medo permanente, fazendo com que a política se manifeste no sentido de restringir os processos de liberdade. “Um estado de emergência permanente justifica no imaginário coletivo a restrição sistemática das liberdades civis e políticas, criando uma ampla base para a islamofobia, a xenofobia e o autoritarismo político”. (CASTELLS, 2018, p. 36).

A presença de novos líderes políticos como Trump e tantos outros se justifica, segundo Castells, pelo temor ocasionado pela globalização. O multiculturalismo, a imigração, a desconfiança dos partidos e das instituições levam o medo à sociedade como um todo, o que remete à busca incessante pela volta do Estado e aos valores originários, estes, por sua vez, solapados pelo processo de globalização, o que abre espaços para novos líderes políticos.

A eleição de Trump para presidente dos EUA, assim como o plebiscito do Brexit e a entrada de Macron na França são dissecados por Castells e, como pano de fundo, todos eles são motivados pelo medo do terrorismo e do mundo desconhecido proposto pelo fenômeno da globalização. A globalização revestida

com as diretrizes do neoliberalismo, leva o cidadão comum à sensação de desproteção, ocasionada pelo desmonte do papel do Estado e pelo solapamento dos direitos sociais e por consequência o medo do futuro. As eleições recentes, apontam para a tentativa de retomada do papel do Estado a qualquer custo, não importando a ideologia política.

Por conseguinte, Castells tece uma crítica ao fenômeno da União Européia, desde o processo de organização, pensada mais na sua capacidade econômica do que nas ideias políticas que revestiram a frágil união – para quem o ideal de uma unidade fosse organizado sem levar em consideração a opinião da população, com seus preconceitos, valores e ideais. Desse modo, Castells aponta a União Européia como um “projeto de construção política a serviço de valores identificados com a civilização foi um projeto elitista e tecnocrático, imposto aos cidadãos sem um debate e com escassa consulta. (CASTELLS, 2018, p. 86)

A obra de Castells é uma viagem aos problemas políticos mundiais e muito significativa para as ciências humanas em geral, pois alia política, democracia e economia, além de contar com uma crítica muito racional ao sistema político vigente e aos problemas existentes.

Referências

CLEVE, Clemerson Merlin. A atividade legislativa do Poder Executivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.